



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

Campus Santa Rosa

(Processo Administrativo n.º 23242.000307/2019-81)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2019.

O Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS, com sede na Av. Cel. Bráulio de Oliveira, Bairro Central, na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.662.072/0008-24, neste ato representado pela sua Diretora Geral, Renata Rotta, nomeada pela Portaria n.º 1856/2016, publicada no DOU em 05 de dezembro de 2016, inscrita no CPF sob o nº 971.483.500-34, portadora da Carteira de Identidade nº 7055771427, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 08/2019, publicada no DOU de 06/06/2019, Seção 3 - página 58 -, processo administrativo n.º 23242.000238/2019-14, **RESOLVE** registrar preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto 9.488, de 30 de agosto de 2018, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto registro de preços para a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de material de consumo enquadrados nos grupos C3042 (Ferramentas) e C3028 (Material para Proteção Individual), aqui chamados de Ferramentas e EPI's**, para o Instituto Federal Farroupilha - *Campus Santa Rosa* e demais órgãos participantes, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do **Edital de Pregão nº 08/2019**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

NOME DA EMPRESA: J. J. Vitalli CNPJ: 08.658.622/0001-13, Endereço: Rua Maurício Cardoso, nº 737, Bairro: Centro, Município: Frederico Westphalen, UF: RS, CEP: 98.400-000, Telefone: (55) 3744-1575, E-mail: jaime@vitaza.com.br Responsável pela Empresa: Jaime José Vitalli						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO - R\$	VALOR TOTAL - R\$



20	Desempenadeira de plástico com espuma 15x 26 cm.	Unidade	Roma	80	R\$ 5,79	R\$ 463,20
35	Lâmina para arco de serra 300mm bimetálica extraflex 24 DPP/TPI	Unidade	Nicholson	216	R\$ 4,54	R\$ 980,64
38	Nível de bolha com comprimento de 16"-406mm, em alumínio resistente, com 3 bolhas, sendo uma para nivelamento vertical, uma para nivelamento horizontal e uma para nivelamento 45°.	Unidade	Worker	31	R\$ 17,72	R\$ 549,32
59	Marreta, material aço forjado e temperado, material cabo madeira, peso 1.000, tipo oitavado.	Unidade	Tenace	21	R\$ 17,82	R\$ 374,22
TOTAL					R\$ 2.367,38	

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Santa Rosa – UASG 158504.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes
20	Alegrete/RS (30), Júlio de Castilhos/RS (10), Porto Alegre/RS (15), Rio Grande/RS (10), Santa Rosa/RS (5), Santo Ângelo/RS (5), Santo Augusto/RS (5)
35	Alegrete/RS (50), Frederico Westphalen/RS (51), Júlio de Castilhos/RS (20), Porto Alegre/RS (20), Rio Grande/RS (20), Santa Rosa/RS (20), Santo Ângelo/RS (20), Santo Augusto/RS (5), São Borja/RS (10)
38	Alegrete/RS (2), Frederico Westphalen/RS (1), Júlio de Castilhos/RS (2), Panambi/RS (1), Porto Alegre/RS (5), Rio Grande/RS (10), Santa Rosa/RS (6), Santo Augusto/RS (2), Uruguaiana/RS (2)
59	Alegrete/RS (3), Frederico Westphalen/RS (3), Porto Alegre/RS (10), Rio Grande/RS (5)

3.3. As informações entre parênteses referem-se as quantidades de cada órgão participante.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da



ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a, no máximo, **cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes**, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de **item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte**, o órgão gerenciador **somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).



6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser



respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

8.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada cópia aos demais órgãos participantes.

8.5. Cópia da Ata de Registro de Preços assinada entre as partes estará disponível em https://www.iffarroupilha.edu.br/licitacoes_santarosa/ata-registrodepreco-sr.



Autoridade competente do IF Farroupilha
Renata Rotta
CPF: 971.483.500-34
IFFar – Campus Santa Rosa

Santa Rosa - RS, 28 de junho de 2019.
J J
VITALLI:086586
22000113
Assinado de forma digital por J J
VITALLI:08658622000113
DN: c=BR, st=RS, l=FREDERICO
WESTPHALEN, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e=CNPJ A1, ou=AR PARCERIA INFORMATICA
LTDA, cn=J J VITALLI:08658622000113
Dados: 2019.07.01 15:46:46 -03'00'

Representante Legal da Empresa
Jaime José Vitalli
CPF: 460.209.260-87
J. J. Vitalli



Assunto: Ato de nomeação de servidor público para o cargo de Professor de Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande, Campus São José.

1. O cargo de Professor de Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande, Campus São José, encontra-se em regime de provimento efetivo, conforme dispõe o art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

2. O cargo de Professor de Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande, Campus São José, encontra-se em regime de provimento efetivo, conforme dispõe o art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

3. O cargo de Professor de Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande, Campus São José, encontra-se em regime de provimento efetivo, conforme dispõe o art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

4. O cargo de Professor de Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande, Campus São José, encontra-se em regime de provimento efetivo, conforme dispõe o art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

5. O cargo de Professor de Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande, Campus São José, encontra-se em regime de provimento efetivo, conforme dispõe o art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

6. O cargo de Professor de Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande, Campus São José, encontra-se em regime de provimento efetivo, conforme dispõe o art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

7. O cargo de Professor de Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande, Campus São José, encontra-se em regime de provimento efetivo, conforme dispõe o art. 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

Santa Rosa, 15 de maio de 2012.

WTALL085286
22000713

Assessoria Legal do Instituto
Jaime José Vitor
CPF: 480.102.10-87
e-mail: jvitor@iftirg.edu.br

Assessoria Legal do Instituto
Jaime José Vitor
CPF: 480.102.10-87
e-mail: jvitor@iftirg.edu.br